

Academia neste campo. Nele se descreve a criação ou plasmação do mundo por um deus Demiurgo e se transmitem explicações sobre os mais variados fenómenos naturais.

O principal expositor nesta obra extensa, pobre aliás de elemento dialogal, é precisamente um tal Timeu, natural de Locros, cidade da Itália Meridional e contemporâneo de Sócrates. Platão apresenta-o como um cultor da Astronomia e como um homem rico, de famílias distintas, que desempenhara os cargos políticos mais elevados da sua cidade.

Este T. não deixou, porém, qualquer vestígio na história política ou filosófica do seu tempo, pelo que é tido como um personagem fictício de Platão. Embora Platão não o diga, criou-se a convicção de que se tratava de um pitagórico, devido não só à localização geográfica de Locros, mas também à forte componente matemática, religiosa e ética existente no diálogo (*Timeu*, 20 A).

Na Antiguidade acreditou-se, contudo, na historicidade do pitagórico T., o que deu azo ao aparecimento de um apócrifo, o tratado *Sobre a Alma do Universo e a Natureza*, que data provavelmente do séc. I a. C. e é uma paráfrase do *Timeu* de Platão (ed. C. F. Herman, Leipzig, 1852).

P. A. T. Silva Pereira

TIPO

Do grego τύπος (golpe, marca, impressão de selo ou moeda deixada pelo golpe) traduzido para latim por *typus* (figura, imagem, estátua), é um termo genérico para designar molde ou modelo, real ou mais frequentemente ideal, que reúne as características essenciais de todo um conjunto, determinando a forma da série de objectos que dele derivam. A noção de tipo relaciona-se comumente com as noções de \nearrow «género» e de \nearrow «espécie», sem que com elas se confunda, sendo, sob o ponto de vista da extensão, mais restrita no seu conteúdo do que aquelas.

Atendendo ao significado etimológico de T., torna-se evidente que o seu emprego não se reportava primitivamente ao âmbito específico da filos. De facto, nunca se lhe restringiu tal como ainda

hoje nos é dado verificar. A sua actual aplicação, particularmente significativa no domínio da lógica, é-o igualmente no domínio da biologia, p. ex., sendo ainda extensiva a numerosas outras formas de saber.

A noção de T. (τύπος) terá sido empregue pela primeira vez com um sentido filosófico preciso por Platão, designando então uma representação esquemática em que se exprime a essência de uma coisa ou, de um modo mais geral, um esboço do que é fundamental no problema em questão (ἐν τύπο), sentido este com que também ocorre em Aristóteles. Nos Estóicos, nomeadamente em Sexto Empírico, o termo refere-se à impressão (τύπωσις) do objecto na alma, em que consiste a própria representação. T. é ainda de uso comum na expressão «frase-tipo» para designar uma frase num determinado sentido — quando da mesma frase se pode dizer que o sentido ocorre várias vezes. Neste caso, a frase é um padrão completo de sons ou símbolos que tem sentido, sem que a sua verdade ou falsidade sejam determinadas pela ocasião ou pelo contexto em que a frase é proferida. A formulação da «frase-tipo» deriva da explicação aristotélica dos predicados de «verdadeiro» e «falso», por vezes equivocada (confusão entre frase e frase declarativa com proposição e limitação do princípio da bivalência, em *De Interpretatione*), e do posterior reconhecimento de que não é a frase que é verdadeira ou falsa mas aquilo que ela exprime. É nesta mesma perspectiva, e recorrendo a «frases-tipo», que os Estóicos irão prosseguir, avançando de uma lógica dos conceitos aristotélica para uma lógica das proposições, assim desenvolvendo o estudo sobre a natureza das frases declarativas condicionais (teoria da \nearrow implicação) e vindo a formular a doutrina das *lekta* (λεκτά, significado, sentido da expressão).

Será precisamente no âmbito da lógica que a noção de T. predominará ao longo da história da filos., destacando-se na contemporaneidade na «Teoria dos Tipos lógicos» de Russell e Whitehead, necessária para resolver as dificuldades que a recorrência apresenta. Para este efeito, enunciam diversos tipos ou ordens de

proposições susceptíveis de se submeterem a regras lógicas definidas para diferentes espécies de argumentos.

A aplicação da noção de T. no domínio da biologia merece-nos também uma referência particular, em virtude da «Teoria dos Tipos orgânicos» de G. Saint-Hilaire, que dominou a área da sistemática nos sécs. XVIII e XIX e quase até aos nossos dias. Esta sustenta que todos os seres vivos estão organizados segundo um único ou poucos outros planos que constituem um princípio de explicação morfológica autónomo, distinto do que se deve às condições de existência — perspectiva designada, «tipológica», que se generalizará a outros domínios. É sobretudo na área da psicologia (psicologia tipológica) que o emprego do termo T. se mantém hoje mais frequente na análise, descrição e posterior classificação das variedades consideradas.

A noção de T. tem-se vindo progressivamente a aplicar a muitos outros domínios do saber, sobretudo na época contemporânea, sendo então sujeita a diferentes modos de adjectivação de que derivam distintas significações específicas. A título ilustrativo, indicamos a área da Antropologia (tipo étnico), Ecologia e Biogeografia (tipos ecológicos), Economia (tipo de desconto, tipo de interesse), Psicologia (indivíduo), sendo o seu emprego também frequente na Teologia Católica, na Literatura, na Estética, na Química, na Meteorologia.

Refira-se, por último, a importância de alguns termos derivados de T. e que assumem uma significação precisa e relevante em Filo., entre os quais se destaca ↗ «arquetipo» (ἀρχέτυπον), o que é modelo primitivo, original ou tipo supremo de algo, protótipo (προτότυπον) ideal das coisas.

BIBLIOGRAFIA: G. Saint-Hilaire, *Philosophie anatomique*, 1818-1822; Bertrand Russell, «Mathematical logic as based on the theory of types», in *American Journal of Mathematics*, 1908; id., *Principia Mathematica*, 1910; Wilhelm Dilthey, *Die Typen der Weltanschauungen*, 1911; A. Seitert, *Die Kategoriale Stellung des Typus*, 1953; *Les Stoïciens* (textos escolhidos por Jean Brun), Paris, 1957; William Kneale e Martha Kneale, *The Development of Logic*, Oxford, 1962.

M. Patrão Neves

TIPO IDEAL

Conceito elaborado pelo sociólogo alemão Max ↗ Weber (1864-1920), como instrumento metodológico de pesquisa em Ciências Humanas. Etimologicamente *tipo* (em grego *tupos*) significa marca, carácter e, figurativamente, bosquejo, resumo. O qualificativo *ideal* indica apenas pureza ou perfeição lógica e não avaliação axiológica. Assim, o tipo ideal ou *idealtypus* é uma *construção lógica* baseada na *abstracção* das características consideradas relevantes numa multiplicidade de fenómenos. Como tal não se encontra na realidade mas tem apenas fundamento nela, porque também não é construção mental pura. Segundo M. Weber, «obtem-se um tipo ideal ao acentuar unilateralmente um ou vários pontos de vista e ao encadear uma multidão de fenómenos isolados — difusos e discretos — que se encontram em grande ou pequeno número e que se ordenam segundo os precedentes pontos de vista escolhidos unilateralmente para formar um quadro de pensamento homogéneo». O T. I. representa os extremos e não a média; como método de pesquisa leva a determinar em que medida um fenómeno social concreto se aproxima do T. I. construído ou do seu oposto. A sua construção obedece ao princípio da eficácia «que intenta apreender as relações entre os fenómenos concretos da cultura, conhecer a sua condicionalidade causal, captar a sua significação».

Como exemplos de T. I. ou *idealtypus*, usados nas ciências humanas e sociais, podemos lembrar o de *homo oeconomicus*, *homo sociologicus*, «herói», «sábio», «santo», «reforma», «crise», «revolução», «sociedade agrária», «sociedade industrial», etc. Sendo numa pesquisa o T. I. «sociedade industrial», estamos a pôr em evidência um conjunto inteligível de relações e correlações — extremamente complexo e organizado — pelas quais esse conjunto se opõe a outro conjunto que designaremos de «sociedade agrária».

Sintetizando: os tipos são construções polares que dão ênfase à necessidade de estudar a realidade concreta à luz de um *continuum* entre dois extremos cuja existência é apenas conceptual. É que, geralmente, os fenómenos humanos e sociais